

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação Conselho de Planejamento territorial e Urbano do Distrito Federal

RELATÓRIO E VOTO

Em 17 de março de 2017

- 1 Referencia: Processo n° 141.001.818/2002.
- 2 Interessado: Câmara Legislativa do Distrito Federal CLDF.
- 3². Assunto: Aprovação de Projeto de Reforma do CLDF.
- 4 Endereço: Praça Municipal, lote 5 Região Administrativa do Plano Piloto RA I.

6

(110 / 1010)

RELATÓRIO

7

10

11

12

13,

Este relatório compreende a proposta de reforma do Projeto Arquitetônico da Câmara Legislativa do Distrito Federal — CLDE, localizado na Praça Municipal, lote 5 — Região Administrativa do Plano Piloto — RA I.

O projeto da Câmara Legislativas do Distrito Federal é de autoria dos arquitetos Luis Mauro Freire, Maria do Carmo Vilariño,' Fábio Mariz Gonçalves, Zeuler Rocha Melo de Almeida Lima, Eurico Ramos Francisco e Lívia Leite França que venceram um concurso nacional realizado

- 14 em 1989, pelo IAB-DF. A obra foi concluída e inaugurada em 2011, ao longo do Eixo Monumental
- 15 junto à Praça do Buriti, ao Palácio do Buriti (Poder Executivo) e ao Palácio da Justiça (Poder
- 16 Judiciário) configurando a Praça dos Três Poderes no âmbito distrital.





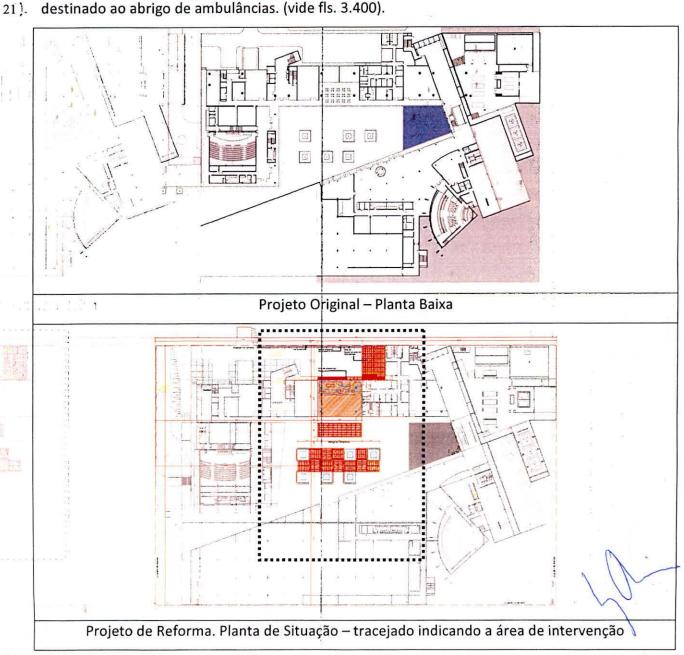
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação Conselho de Planejamento territorial e Urbano do Distrito Federal

18

19

20

O acréscimo de projeto inclui modificações na área do restaurante, já previsto no projeto aprovado, pérgolas no pátio interno expequena cobertura na fachada posterior do edifício, destinado ao abrigo de ambulâncias. (vide fls. 3.400).





26

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação Conselho de Planejamento territorial e Urbano do Distrito Federal



3



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação Conselho de Planejamento territorial e Urbano do Distrito Federal

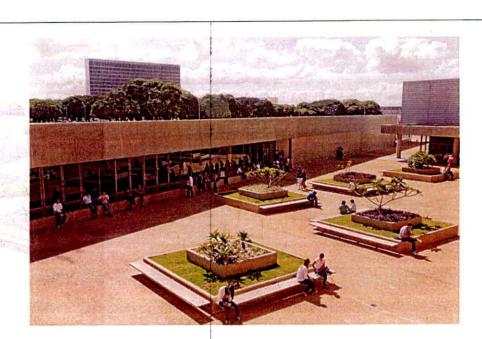


Imagem do Pátio interno do CLDF

A Coordenação de Arquitetura da Central de Aprovação de Projetos - CAP desta SEGETH, analisou o projeto e, em virtude do que estabelece o art. 63, parágrafo único do Código de Edificações do Distrito Federal – COE/DF, o encaminhou ao Gab/SUPLAN em 15 de dezembro de 2016, para manifestação.

Considerando que o Art. 63 estabelece que:

"Os projetos de arquitetura das edificações localizadas dentro do perímetro de preservação delimitado pela Portaria no 314/92 do IBPC serão aprovados e licenciados pelas respectivas Administrações Regionais.

Parágrafo único. Os projetos de arquitetura e de reforma dos edifícios e monumentos tombados isoladamente e dos localizados no Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti, serão analisados previamente pelos órgãos de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional e do Distrito Federal e pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal — CONPLAN, antes da aprovação e licenciamento pela Administração Regional."

Na análise feita pela DIPRE/DIGEB/COPRESB, em 07 de fevereiro de 2017, verificou-se que as alterações pretendidas são apenas de pequenas coberturas, que somam 694,37 m², ou seja,



45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

57

58

60

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação Conselho de Planejamento territorial e Urbano do Distrito Federal

1,53% de acréscimo de área de construção. A maior parte das coberturas fica no pátio interno da edificação (pérgolas) e a outra proposta trata-se de cobertura para ambulâncias a serem locadas na face posterior do prédio. A complementação do projeto na área do restaurante, compreende a execução do projeto anteriormente aprovado. Não existe, portanto, alterações na volumetria e o acréscimo de cobertura situa-se na fachada que não tem impacto no Eixo Monumental.

No sentido de complementar a análise da DIPRE/DIGEB/COPRESB, o objeto do processo foi submetido ao Grupo Técnico Executivo – GTE do Acordo de Cooperação Técnica – ACT Iphan/GDF na sua 47ª Reunião Ordinária, ocorrida em 1/2/2017, quando foi acordado pela aprovação dos itens propostos no projeto de reforma em questão, pois reafirma o posicionamento de não interferir na volumetria externa da edificação nem na paisagem do Eixo Monumental, razão pela qual não cabe consulta ao GTE ou ao Iphan.

56 VOTO

Por todos os argumentos expostos, manifesto meu voto favorável à aprovação do projeto arquitetônico de reforma, considerando as inclusões propostas, por entender que não impactam na paisagem do local e nem ferem os pressupostos que levaram à preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB. O presente voto não avalia o cumprimento das normas específicas pertinentes, cabendo à CAP essa avaliação como condicionante à aprovação do projeto.

62

63

Luiz Otavio Alves Rodrigues

Conselheiro Suplente

Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito

Federal

CONPLAN

topolo codi

RANT specificals or all